



Processo Administrativo 24/2020

Pregão Eletrônico 08/2020

Decisão do Pregoeiro quanto à impugnação ao edital do Pregão Eletrônico em referência, para contratação de serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis líquidos (gasolina e etanol) bem como contratação de serviços de lavagem através da utilização de sistema informatizado e integrado de gestão, com utilização de cartão magnético ou similar, para atender as necessidades dos veículos oficiais do CRF-RJ, apresentada tempestivamente pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, que se insurge contra supostas improbidades presentes no referido edital, que serão aqui analisadas.

Dos Motivos

Os motivos estão elencados no documento de impugnação apresentado pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA anexo a este documento de decisão à impugnação.

Dos Pedidos

1. *"INCLUIR a possibilidade de ofertas de taxas zero ou negativa (desconto);"*
2. *"EXCLUIR a exigência do subitem 5.1.3 e quaisquer outros que venham a exigir tamanha rede excessiva;"*
3. *"EXCLUIR a exigência do subitem 10.1.1 e quaisquer outros que venham a exigir a apresentação de rede credenciada junto com a proposta;"*
4. *"Republicação do instrumento editalício, com divulgação de nova data para a realização do certame, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da decisão desta Comissão de Licitação;"*

5. "Caso não seja possível deferir os pedidos anteriores requer CÓPIAS COMPLETAS do processo licitatório para análise do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado."

Da Decisão

1. Não acolhido. Acompanhamento Parecer Jurídico 101/2020(documento anexo);
2. Não acolhido. Verificar junto ao setor requisitante sobre o quantitativo de postos credenciados solicitados em Edital alguns pontos informados pelo setor merecem consideração:
 - 2.1. O Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro é um órgão fiscalizador com atuação em todo território do Estado do Rio de Janeiro;
 - 2.2. A fim de atender ao objetivo da Autarquia que é a fiscalização de estabelecimentos farmacêuticos é necessária uma ampla rede de postos de abastecimento;
 - 2.3. Os parâmetros e requisitos técnicos para contratação foram definidos pelo setor requisitante de forma a atender a necessidade da Autarquia e este setor entende que é o mínimo aceitável para a continuidade do serviço.
3. Não acolhido. Acompanhamento Parecer Jurídico 101/2020(documento anexo);
4. Não acolhido. Acompanhamento Parecer Jurídico 101/2020(documento anexo);
5. As cópias do processo podem ser obtidas através de contato com o Serviço de Administração do CRF-RJ.

Diante do exposto **DECIDO NÃO ACOLHER** os itens 1, 2, 3, 4 da impugnação, ao item 5 não se aplica acolhimento. Dê-se continuidade ao processo licitatório.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2020.



Daniel Melo Jacques
Pregoeiro CRF-RJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

De Serviço Jurídico
Para Pregoeiro do CRF/RJ

PARECER JURÍDICO Nº 101/2020

Resposta à impugnação apresentada
ao Edital do Pregão eletrônico nº
08/2020.

A empresa Prime apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2020, que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gerenciamento do fornecimento de combustível e lavagem de veículos, no qual pugna pela suspensão do certame, solicitando as seguintes modificações no Edital:

- 1- Inclusão de item prevendo a possibilidade de apresentação de propostas com taxa zero ou negativa;
- 2- Exclusão dos itens que preveem a rede credenciada excessiva;
- 3- exclusão da exigência de apresentação da rede credenciada junto da proposta;
- 4- Republicação do edital, com divulgação de nova data para realização do certame, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da decisão do pregoeiro;

No que diz respeito ao primeiro questionamento, o edital não proíbe a oferta de propostas com taxa zero ou negativa, sendo plenamente possível sua apresentação.

Quanto ao segundo questionamento, cabe ao setor competente analisar quais as necessidades do CRF/RJ para avaliar se a exigência é excessiva a ponto de restringir irrazoavelmente a competição. Registre-se que o art. 3º, § 1º, I, da lei 8.666/93, veda a inclusão no edital de restrições impertinentes e irrelevantes para o objeto específico do contrato. Assim, a contrario sensu, é possível a restrição, desde que elas sejam pertinentes e relevantes para o atendimento dos interesses da Administração.

Em relação ao terceiro questionamento, segundo o impugnante, o item 10.1.1 exige a apresentação da rede credenciada juntamente com a proposta. Todavia, o instrumento convocatório não trouxe qualquer previsão nesse sentido. Em verdade, o indigitado subitem, alocado no item 10, que trata “das informações relevantes para dimensionamento das propostas”, elucidou, como se percebe, as informações relevantes - dentre elas a declaração e listagem das redes de postos credenciadas, as quais estão consignadas no termo de referência - item 5.1.3 -, para permitir o melhor dimensionamento das propostas dos interessados em participar do certame.

Ademais, o subitem 7.5.14 estabelece que será realizada reunião com a contratada com o intuito de discutir e formalizar as providências necessárias ao perfeito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

cumprimento da obrigação das partes, oportunidade em que poderá ser definido prazo razoável para o credenciamento dos postos localizados nas regiões indicadas no termo de referência.

Por fim, em relação ao quarto questionamento, cabe ao CRF/RJ, no exercício de seu poder discricionário, definir o prazo para republicação do edital, definindo a data que melhor atenda aos interesses da Administração, conforme art. 34, §3º, do Decreto 10.024/19. Ademais, o único prazo que obrigatoriamente deve ser observado é aquele do art. 4º, V, da lei 10.520/02, que estabelece o lapso temporal mínimo de 08 dias úteis entre a data da publicação do edital e apresentação da proposta.

Pelo exposto, opino pelo não acolhimento da impugnação, por entender que, em relação aos itens 1, 3 e 4, as alegações feitas pelo impugnante são insubsistentes, tendo em vista que não há proibição de apresentação de proposta com taxa zero ou negativa, tampouco o edital condiciona a apresentação da rede credenciada junto com a proposta, nem exige qualquer documento de habilitação nesse sentido, além de caber ao CRF/RJ definir o prazo da nova publicação de acordo com o melhor interesse da Administração, na hipótese de suspensão do contrato.

É o que se apresenta. À consideração Superior.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2020.

Jorge Paz Soldan de Albuquerque
Advogado – OAB/RJ 181.162
Serviço Jurídico CRF/RJ

**ILMO. SR. PREGOREIRO DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ**

**IMPUGNAÇÃO - com fundamento principal no artigo
41, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/1993.**

**CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020

OBJETO: “contratação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis líquidos (gasolina e etanol) bem como contratação de serviços de lavagem através da utilização de sistema informatizado e integrado de gestão, com utilização de cartão magnético ou similar, para atender as necessidades dos veículos oficiais do CRF-RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.,

com sede à Calçada Canopo, 11 - 2º Andar - Sala 03 - Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06541-078, e-mail: renato.lopes@primebeneficios.com.br e licitacao@primebeneficios.com.br, por intermédio de seu procurador subscrito in fine, vem data máxima vênua, nos termos do §2º do Artigo 41 da Lei 8.666/93, apresentar as seguintes razões de **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**, consoante motivos a seguir determinados:

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açu, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA

A contagem dos prazos nos processos licitatórios e nos contratos administrativos está disciplinada no artigo 110 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Tal como se verifica, não se conta o dia de início e conta-se o dia do término. Assim, na contagem do prazo de 3 (três) dias, como ocorre para o recurso no caso do pregão eletrônico (inciso XVIII do artigo 4º da Lei 10.520/2002 e artigo 26 do Decreto 5.450/2005), quando o resultado é divulgado em uma segunda-feira, o recurso tem que ser apresentado até quinta-feira, considerando ter expediente todos esses dias na Administração em questão, pois não se conta a segunda-feira e contam: 1) terça; 2) quarta; e 3) quinta-feira, que será o dia final do prazo.

Na mesma condição de prazo, se o resultado for divulgado na quinta-feira, o recurso deve ser apresentado na segunda-feira, já que o dia final tem que ser um dia útil, ou seja, não conta quinta-feira (por ser o dia inicial), mas conta sexta, sábado e domingo. Sendo assim, domingo seria o dia final, mas, por não ter expediente na Administração, o prazo encerrar-se-á na segunda-feira.

Ainda na mesma hipótese de prazo, se o resultado foi divulgado na sexta-feira, o recurso deve ser apresentado na quarta-feira, porquanto, mesmo sendo dias corridos, o prazo não pode começar em dias que não há expediente na Administração e, por não contar a sexta-feira (o dia que saiu o resultado), o primeiro dia do prazo seria o sábado e, por não iniciar contagem em dias não úteis (sábado e domingo), transfere-se o primeiro dia para a segunda-feira, considerando como o

www.primebeneficios.com.br

segundo dia a terça-feira e o terceiro dia a quarta-feira que será o prazo final, sempre considerando que não tenha feriado nessas semanas.

O mesmo conceito vale para as contagens de prazo para trás, também conhecida como contagem regressiva, como é o caso da impugnação dos editais, cujo prazo é de 2 (dois) dias úteis antes do certame, (inciso II do artigo 41 da Lei 8.666/1993, para as licitantes, nas modalidades tradicionais, e artigo 12 do Decreto 3.555/2000, para qualquer pessoa, no pregão). Ou seja, se a licitação for marcada para quinta-feira a impugnação deve ser apresentada na terça-feira, pois não conta a quinta-feira, que é o dia de início, e conta a quarta e a terça-feira, que é o dia final.

Esse tema foi bem apresentado no Acórdão nº 2.625/2008 - TCU - Plenário, cujo relator foi o Ministro Raimundo Carreiro, que assim assevera:

“1.1.4. Todavia, cabem três ressalvas em relação à resposta da Caixa.

1.1.4.1. A primeira acerca da contagem legal dos prazos. No caso, o dia de início da contagem regressiva, a ser desconsiderado nos termos do art. 110 da Lei nº 8.666/93, foi o dia 11/7/2008. O primeiro dia útil foi o dia 10/7/2008. E o segundo dia útil, prazo limite para impugnação do edital, foi o dia 9/7/2008. Assim, equivocou-se a Caixa quando alega que “considerou de bom tom estender este prazo até as 08hs do dia 09/07”, uma vez que a lei estabelece a contagem dos prazos em dias, e não em horas.”

Naquele caso da Caixa, reportado no Acórdão citado, a licitação aconteceu no dia 11/07/2008 e a impugnação poderia ser apresentada, a qualquer hora do expediente, no dia 09/07/2008, que é o segundo dia antes da licitação, como determina a contagem de prazo do artigo 110 da Lei 8.666/1993.

Não há distinção na regra de contagem de prazos para frente com relação à contagem regressiva na lei de licitações, nem no Código Civil, cuja regra é

www.primebeneficios.com.br

idêntica à adotada nos certames licitatórios. Assim é o teor do artigo 132 da Lei 10.406/2002 (Código Civil).

“Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.

§ 1º Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.”

Para facilitar a compreensão da contagem regressiva, sendo o certame no dia 10 de julho, o dia 09 é um dia antes, e o dia 08 é dois dias antes, e o dia 07 é três dias antes, pois exclui o primeiro (dia 10) e inclui o último (dia 07). Estando permitida a impugnação até três dias antes, desta feita, a impugnação deve ser aceita como tempestiva, vez que foi apresentada no dia 07 de julho de 2020, inclusive, ou seja, até o último minuto de expediente do dia 07.

Em suma, independentemente de a contagem dos prazos ser para frente ou para trás, exclui-se o primeiro, que é dia do evento, publicação ou ato de origem da contagem e inclui-se o último que é o dia em que pode ser executado o objeto da contagem do prazo. Se não houver indicação de que os dias são úteis, a contagem deve ser feita em dias corridos, no entanto, jamais começará ou terminará um prazo em dia que não houver expediente na Administração.

Desta feita, é de se assinalar que a presente insurreição encontra-se TEMPESTIVA, uma vez que protocolada com 3 (dois) dias úteis anteriores a data da abertura da licitação, qual seja **10 de julho de 2020, às 11:00hs.**

II - DA LEGITIMIDADE DA EMPRESA

Nos termos do § 1º, art. 41 da Lei de Licitações:

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açu, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

“Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação ou irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113”.

O insigne jurista Carlos Ari Sundfeld, invocando o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “a” da Magna Carta, defende a possibilidade de qualquer pessoa, física ou jurídica, impugnar o edital, pois citado dispositivo garante o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

“Art. 5º (...)

XXXIV: são a todos assegurados,
independentemente do pagamento de taxas:

a. o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

III - DO PRAZO PARA RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO

Como regra, a impugnação ao edital não tem efeito suspensivo em relação à realização do certame. Mas, é obrigação da comissão de licitação respondê-la, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da sua interposição junto à Administração Pública, como determina o artigo 18 e seu § 1º, do Decreto nº 5.450/2005.

“Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

www.primebeneficios.com.br

§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas”

Dessa forma, a comissão de licitação deverá apresentar resposta, no máximo até o dia **08/07/2020 (24 horas úteis após o protocolo da impugnação)**, sob pena de invalidação do certame, pois, diante do silêncio restará inviável a formulação adequada e satisfatória das propostas.

Isso por que o silêncio injustificado da Administração Pública caracteriza omissão abusiva, pois, além de restringir a competitividade do certame, ainda ofende o interesse público, pois afronta o Princípio Constitucional da Publicidade, cuja finalidade é atribuir transparência e permitir o controle e fiscalização do Estado por toda à coletividade.

IV - DOS FATOS

No dia 10 de julho de 2020, às 11:00hrs, ocorrerá o procedimento licitatório, cujo objeto é: “contratação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis líquidos (gasolina e etanol) bem como contratação de serviços de lavagem através da utilização de sistema informatizado e integrado de gestão, com utilização de cartão magnético ou similar, para atender as necessidades dos veículos oficiais do CRF-RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”.

Conforme indicado, foi solicitado edital para análise de seu conteúdo, da qual se constatou irregularidades insanáveis, as quais macula de forma cabal os Princípios norteadores da licitação - LEGALIDADE - ISONOMIA - MORALIDADE - PROBIDADE ADMINISTRATIVA - COMPETIÇÃO, fazendo com que recai sobre o processo uma nulidade absoluta.

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açu, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

V - DAS RAZÕES

V.1 - DA NÃO ADMISSÃO DE TAXA NEGATIVA

Em análise do citado edital, não foi possível constatar se o presente certame contempla a admissão de oferta de propostas de descontos (taxa negativa).

É mister alhear que existem serviços no mercado em que a remuneração do prestador é feita por meio de taxa de administração, cobrada sobre o valor do serviço intermediado.

Este é o modo que atuam as administradoras de vale-refeição, vale-alimentação, vale-combustível e cartão combustível. Nesses casos, a empresa cobra uma taxa ou comissão sobre o valor total das operações intermediadas.

Os exemplos citados são considerados serviços comuns, logo são licitados na modalidade pregão, a qual permite a redução dos preços na fase de lances.

Ocorre que, em certas circunstâncias, as taxas de administração propostas podem ter valor nulo ou, até mesmo, negativo. Considerando que o art. 44, §3º, da lei n.º 8.666/93 não admite propostas com preço irrisório ou de valor zero, poderia o pregoeiro aceitar uma oferta de taxa de administração nula ou negativa?

A resposta à indagação é positiva. A proposta da administradora poderia ser aceita em razão da forma como esse serviço é executado. Isso porque a renda dos particulares prestadores de tal serviço decorre de três principais fontes: da contratante, de aplicações financeiras e dos estabelecimentos credenciados. Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, expresso na decisão 38/1996 - plenário.

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açu, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Deixe-se assente que, no que é pertinente às licitações destinadas ao fornecimento de gestão de frota para fornecimento de combustíveis e manutenção, a admissão de ofertas de taxas negativas ou de valor zero, por parte da Administração Pública, não implica em violação ao disposto no art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93, por não estar caracterizado, a priori, que essas propostas sejam inexequíveis, devendo ser averiguada a compatibilidade da taxa oferecida em cada caso concreto, a partir de critérios objetivos previamente fixados no edital;

O voto do relator teve por motivo o seguinte raciocínio:

7. Isso porque, conforme foi apurado na inspeção em apreço, a remuneração das empresas desse ramo não se restringe à taxa de administração cobrada ou aos rendimentos eventualmente obtidos no mercado financeiro. Fica assente neste trabalho que a remuneração dessas empresas advém também das taxas de serviços cobradas dos estabelecimentos conveniados (as quais variam de 1 a 8%), das sobras de caixa que são aplicadas no mercado financeiro e das diferenças em número de dias existentes entre as operações que realiza como emissão de tíquetes, utilização desse pelo usuário, pagamento dos tíquetes pelo cliente, reembolso à rede de credenciados (varia de 7 a 16 dias).

E este entendimento já está pacificado na Corte de Contas Federal:

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e formulada pela empresa Trivale Administração Ltda., sobre possíveis irregularidades no

www.primebeneficios.com.br

pregão presencial 53/2011 - CSL, conduzido pela Universidade Estadual do Maranhão - Uema para contratação de empresa para implantação e operacionalização de sistema de gerenciamento da frota de veículos, com utilização de tecnologia de cartão micro processado com chip, via web, para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e produtos afins e, ainda, lavagem de veículos em rede própria ou credenciada, com valor estimado de R\$ 140.213,08 até 31/12/2011.

9.2. dar ciência à Universidade Estadual do Maranhão de que, no pregão presencial 53/2011 - CSL, verificou-se não aceitação de proposta de taxa de administração com percentual igual ou inferior a zero, assinalada na letra d.2 do subitem 5.1 do edital, não obstante este Tribunal tenha jurisprudência no sentido de que em processos licitatórios custeados com recursos federais para operacionalização de vale-refeição, vale-alimentação, vale-combustível e cartão combustível, deve ser avaliado, no caso concreto, se a admissão de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero é exequível, a partir de critérios previamente fixados no edital, conforme decisão 38/1996-Plenário; (AC-1556-11/14-2 Número do Acórdão: 1556 Processo: 033.083/2013-4)

Outro meio da empresa obter remuneração são as aplicações no mercado financeiro do montante recebido do contratante para emissão dos vales. Tal atividade é chamada de operação de crédito antecipado. Nela, a administradora recebe do contratante o valor para emissão dos vales e o aplica no mercado financeiro. Isso é possível porque existe um intervalo entre a data em que a administradora é paga e a data em que o valor é repassado para os estabelecimentos credenciados. Nesse interstício, as aplicações do valor recebido geram renda para a empresa.

Por fim, ainda há a possibilidade de a administradora cobrar, pelo credenciamento, uma mensalidade para mantê-lo ou um desconto sobre cada vale recebido.

Aceitar vales é vantajoso para o empresário, porque o recebimento de tais atrai consumidores. Por isso, os estabelecimentos optam por pagar pelo credenciamento.

Portanto, ainda que a taxa de administração oferecida no certame seja nula ou negativa, a empresa tem como executar o contrato e o seu preço não pode ser considerado inexequível.

Uma forma de se estabelecer um critério de exequibilidade da proposta é através de consulta às taxas praticadas no mercado e no âmbito da própria Administração em outros órgãos e entidades.

Tendo em vista o exposto, são admissíveis taxas de administração igual ou menor a zero nas licitações, desde que o valor seja exequível, conforme entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União na decisão 38/1996 plenário.

E novamente trazemos a lume o julgado do Proc. TCM nº 08060/14 do TCM da Bahia que acompanha o TCU, vejamos:

Também se revelou desarrazoada a inadmissibilidade, pelo Edital (item “do julgamento das propostas - cláusula 7.1.3.1 - d), da Taxa Administrativa Negativa. O fato de o §3º do art. 44 da Lei nº 8.666 proibir preços irrisórios ou incompatíveis com o mercado não pode, por si só, servir de amparo à vedação editalícia, posto que tal apuração há de

www.primebeneficios.com.br

ser feita em função do caso concreto, para verificação da obtenção, pelo particular, de recursos por outras vias.

(...)

Assim, propostas que consignem taxas de administração de valor zero ou negativas não deveriam, por pressuposto, ser tidas por inexequíveis, pois podem corresponder, na prática, a um desconto a ser concedido sobre o valor de face dos vales, “devendo ser averiguada a compatibilidade em cada caso concreto, a partir de critérios objetivos previamente definidos no edital” (cf. consta do Acórdão nº 38/1996 – Pleno do TCU).

Entendimento diverso obstar a busca pela maior economicidade, outro ponto a se considerar é que sua manutenção frustrará a competitividade do certame, vez que certamente todas as empresas ofertarão a taxa mínima aceita, logo, não haverá a fase de lances, devendo a empresa vencedora ser conhecida no sorteio.

Vejamos as possibilidades de ganho das administradoras de cartão:

Exemplo 01:

A empresa pode receber um percentual sobre o montante de transações intermediadas. Assim, se ela recebe R\$100.000,00 para a emissão de vales-combustíveis e a taxa de administração praticada é de 1%, a administradora receberá um total de R\$101.000,00 do contratante.

Exemplo 02:

Outro meio da empresa obter remuneração são as aplicações no mercado financeiro do montante recebido do contratante para emissão dos vales. Tal atividade é

www.primebeneficios.com.br

chamada de operação de crédito antecipado. Nela, a administradora recebe do contratante o valor para emissão dos vales e o aplica no mercado financeiro. Isso é possível porque existe um intervalo entre a data em que a administradora é paga e a data em que o valor é repassado para os estabelecimentos credenciados. Nesse interstício, as aplicações do valor recebido geram renda para a empresa.

Exemplo 03:

Por fim, ainda há a possibilidade de a administradora cobrar, pelo credenciamento, uma mensalidade para mantê-lo ou um desconto sobre cada vale recebido. Aceitar vales é vantajoso para o empresário, porque o recebimento de tais atrai consumidores. Por isso, os estabelecimentos optam por pagar pelo credenciamento.

Dos exemplos acima apontados, verifica-se que o simples fato de a taxa de administração oferecida no certame ser nula ou negativa, não implica em proposta inexecutável, afinal, a empresa tem como executar o contrato e o seu preço de forma lucrativa nestes casos.

Caso a taxa seja negativa, o contratante receberá um desconto sobre o valor dos abastecimentos. Então, se forem gastos R\$10.000,00 nos abastecimentos e a taxa de administração for de -1%, quem contrata a administradora terá de pagar a ela somente R\$9.900,00. Os outros R\$100,00 serão obtidos das aplicações no mercado financeiro ou dos estabelecimentos credenciados.

Convém sobrelevar ainda que inúmeros órgãos públicos possuem contratos em vigência cujo objeto é o gerenciamento por intermédio de cartões magnéticos, os quais em sua grande maioria preveem a possibilidade de oferta de taxa de administração negativa, o que privilegia a busca pela oferta menos onerosa.

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açu, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Desta forma, requer que seja incluído ao Edital em comento, a possibilidade de admissão de taxa negativa pela Administração Pública, em prol do princípio da busca pela proposta mais vantajosa, bem como o princípio da economicidade.

V.2 - DA EXIGÊNCIA DA REDE EXCESSIVA

Constata-se no subitem 5.1.3, Anexo I - Termo de Referência que a licitante vencedora deverá apresentar Rede Credenciada de Postos de Combustíveis em mais de 100 localidades distribuídas pelo Estado do Rio de Janeiro, ou seja, exigência extremamente excessiva, segue:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme estudos preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.3. Rede de postos credenciados para o fornecimento de combustíveis, cobrindo com maior amplitude possível o território do Estado do Rio de Janeiro, com o quantitativo mínimo descrito na tabela abaixo:

RIO DE JANEIRO

1. Tijuca 2
2. Jacarepaguá 2
3. Recreio 2
4. Barra da Tijuca 2
5. Flamengo 2
6. Copacabana 2
7. Méier 2
8. Grajaú 2
9. Catete 1
10. Olaria 2
11. Ilha do Governador 2

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açú, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

12. Campo Grande 2
13. Laranjeiras 2
14. Bangu 2
15. Pavuna 1
16. Rocha Miranda 2
17. Vila Isabel 1
18. Rio Comprido 1
19. Botafogo 1
20. Del Castilho 1
21. Glória 1
22. Irajá 1
23. Madureira 2

DEMAIS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

24. Angra dos Reis 1
25. Aperibé 1
26. Araruama 1
27. Armação dos Búzios 1
28. Arraial do Cabo 1
29. Barra do Piraí 1
30. Barra Mansa 2
31. Belford Roxo 2
32. Bom Jardim 1
33. Bom Jesus do Itabapoana 1
34. Cabo Frio 3
35. Cachoeiras de Macacu 1
36. Campo dos Goytacazes 3
37. Cantagalo 1
38. Cardoso Moreira 1
39. Carmo 1
40. Casimiro de Abreu 1
41. Conceição de Macabu 1
42. Cordeiro 1
43. Duas Barras 1

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açú, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

44. Duque de Caxias 4
45. Guapimirim 1
46. Iguaba Grande 1
47. Itaboraí 1
48. Itaguaí 1
49. Italva 1
50. Itaocara 1
51. Itaperuna 1
52. Itatiaia 1
53. Japeri 1
54. Laje do Muriaé 1
55. Macaé 3
56. Macuco 1
57. Magé 2
58. Mangaratiba 1
59. Maricá 1
60. Mendes 1
61. Mesquita 1
62. Miguel Pereira 1
63. Miracema 1
64. Natividade 1
65. Nilópolis 1
66. Niterói 3
67. Nova Friburgo 1
68. Nova Iguaçu 3
69. Paracambi 1
70. Paraíba do Sul 1
71. Paraty 1
72. Paty do Alferes 1
73. Petrópolis 1
74. Piraí 1
75. Porto Real 1
76. Queimados 1
77. Resende 2

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açú, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

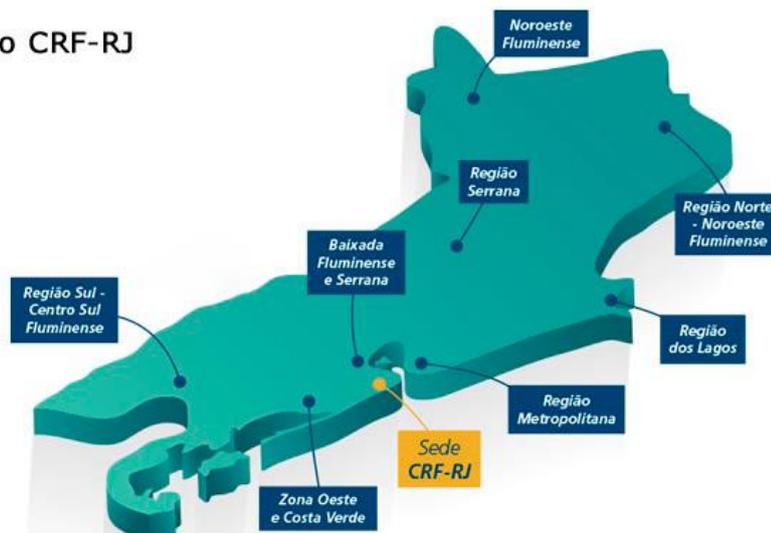
78. Rio Bonito 1
79. Rio Claro 1
80. Rio das Flores 1
81. Rio das Ostras 1
82. Santa Maria Madalena 1
83. Santo Antônio de Pádua 1
84. São Fidelis 1
85. São Francisco de Itabapoana 1
86. São Gonçalo 2
87. São João da Barra 1
88. São João de Meriti 1
89. São José de Ubá 1
90. São Pedro da Aldeia 1
91. São Sebastião do Alto 1
92. Sapucaia 1
93. Saquarema 1
94. Seropédica 1
95. Sumidouro 1
96. Tanguá 1
97. Teresópolis 1
98. Trajano de Moraes 1
99. Três Rios 1
100. Valença 1
101. Vassouras 1
102. Volta Redonda 2

Cabe ressaltar, que tal exigência de ter um posto de combustível em mais de 100 (cem) localidades distribuídas no Estado do Rio de Janeiro é tecnicamente impossível, pois, é notório que a viabilidade econômica, localização, volume de transito irá influenciar a instalação de qualquer comercialização de combustível, afinal, certamente não será possível efetivar credenciamento de estabelecimentos em todas as localidades pretendidas se nas mesmas não houver postos certificados pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, conforme determina do subitem 5.1.5, Anexo I – Termo de Referência, haja vista que algumas pode sequer existir posto.

www.primebeneficios.com.br

Ademais, imperioso consignar que o **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ**, além de sua sede conta com 8 (oito) seccionais distribuídas pelo estado do Rio de Janeiro, sendo certo que a maior parte dos abastecimentos e principalmente as lavagens ocorrerão no entorno da sede e suas respectivas seccionais.

Veja os endereços do CRF-RJ



Fonte: <http://crf-rj.org.br/onde-estamos.html>

Não obstante, esclarecemos que o processo de credenciamento visa oferecer ao Ente Contratante os estabelecimentos que atendam às exigências contratuais. Deste modo, a atuação da eventual contratada é focada em apresentar as características conforme atividade fim e declaração fidedigna dos responsáveis pelo negócio durante o processo de prospecção, cadastramento e negociação.

Ocorre que a efetivação do credenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços vai além da vontade de qualquer licitante, pois estas se encontram na dependência dos responsáveis pelos estabelecimentos para aceitar a parceria ofertada, haja visto aceitação estar atrelada a fatores externos, tais como situação econômica, remanejamento do quadro de colaboradores entre outros, os quais fogem ao controle tanto do estabelecimento, quanto a eventual contratada.

Com efeito, o que se deve ter em mente é que tal exigência, que é excessiva e desnecessária e contribuirá tão somente para reduzir número de licitantes,

www.primebeneficios.com.br

que participarão do certame, uma vez que é impossível entregar a exigência estipulada no edital.

A exigência estabelecida no edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 08/2020, mostra-se, portanto, excessiva, contrariando o art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/02, o qual estabelece que “a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição”.

Assim, a Administração Pública ao formular o edital deve pautar sua conduta nos princípios basilares, destaca-se o da **razoabilidade** e **proporcionalidade**, de modo que as exigências aqui impostas, servirão apenas para impedir caráter competitivo das Licitantes. Porque esse tipo de exigência é excessiva e deve ter sua necessidade justificada por estudo técnico, que comprove quais são essas as reais necessidades de ter pelo menos um posto de gasolina em mais de 100 (cem) localidades distribuídas pelo Estado do Rio de Janeiro, o que nos leva a crer que não ocorreu no presente caso, pois, se houvesse feito preventivamente esse estudo constataria essa carência de postos de combustíveis certificados pela ANP, senão em todas, mas na maior parte das localidades indicadas.

Sobre o excesso na exigência de rede credenciada, destacar a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, que entendeu pela irregularidade de exigência de rede credenciada excessiva, ainda mais quando não precedida de estudo técnico, conforme se denota da ementa do acórdão:

GRUPO I – CLASSE VII – PLENÁRIO TC 022.682/2013-9

Natureza: Representação

Unidade: Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Representante: Planinvesti Administração e Serviços Ltda. (art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993). Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO. EXIGÊNCIA

www.primebeneficios.com.br

DE QUANTIDADE MÍNIMA DE REDE CREDENCIADA. OITIVA PRÉVIA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INDEFERIMENTO DA CAUTELAR. EXPEDIÇÃO DE ORIENTAÇÃO AO CONSELHO FEDERAL.

Na licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de vale alimentação ou vale refeição, na forma de cartão eletrônico ou tecnologia similar, apesar de discricionária a fixação do número mínimo de estabelecimentos credenciados, faz-se necessário que os critérios técnicos referentes à fixação do quantitativo mínimo estejam em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de claramente definidos e fundamentados no processo licitatório, devendo tais critérios ser oriundos de levantamentos estatísticos, parâmetros e de estudos previamente realizados, consoante os precedentes Acórdãos 2.367/2011 e 1.071/2009, ambos do Plenário.

No mesmo sentido decide o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, como se verifica da decisão abaixo:

EMENTA: Exame Prévio de Edital.

(..)

3. *Exigência dirigida à adjudicatária, como condição para assinatura do contrato, de apresentação de quantidade vultosa de estabelecimentos credenciados em todo o Estado de São Paulo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis – Inadmissível – À míngua de quaisquer justificativas técnicas e econômicas, deve a **Municipalidade redefinir o quantitativo de postos credenciados às suas reais e imprescindíveis necessidades, acolhendo, no máximo, a área geográfica circunscrita à região metropolitana de São Paulo, que deverá ser submetida à revisão de seu número igualmente** – 4. Ausência de disciplina editalícia sobre a execução e fiscalização do contrato – Confirmado – Correção obrigatória – 5. Demais insurgências – Não prosperam – Procedência Parcial – V.U. (TC 001085/989/14-3 - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo -*

www.primebeneficios.com.br

*Exame Prévio de Edital- Rel. Cons. Dimas Eduardo Ramalho,
Publicado no D.O.E de 10/05/2014) (nosso grifo)*

É sabido que um veículo possui autonomia para percorrer 100 KM ou mais sem a necessidade de abastecimento, desde que possua combustível suficiente para o percurso, essa autonomia é calculada e medida pelas Montadoras/ Fabricantes, pois, possuem uma equipe multidisciplinar que acompanham os testes de desempenhos destes veículos.

Destarte, o fato de que a rede credenciada nos moldes exigidos é excessiva e impossível de ser entregue por qualquer Licitante devido à falta de postos aptos ao abastecimento conforme determina do subitem 5.1.5, que determina que os estabelecimentos credenciados devem possuir o registro certificado pela ANP, e que sua manutenção colocará em risco o caráter competitivo do certame, pois, tão somente contribuirá para reduzir significativamente o número de empresas que participarão do certame, e, conseqüentemente, obstará a participação de inúmeras empresas que poderiam participar do certame e ofertar taxas de administração mais vantajosas, colocando assim em risco o princípio da proposta mais vantajosa.

Sendo assim, requer se digne Vossa Senhoria em respeito aos princípios norteadores da Administração Pública retirar essa exigência contida no subitem 5.1.3, Anexo I – Termo de Referência.

V.3 - DA EXIGÊNCIA DA REDE CREDENCIADA NA PROPOSTA

Da leitura do referido diploma editalício, verifica-se que as licitantes devem **obrigatoriamente**, junto com a proposta, apresentar declaração e listagem dos postos credenciados no Estado do Rio de Janeiro:

“ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

www.primebeneficios.com.br

10.1.1. Declaração e listagem dos postos de serviços credenciados no Estado do Rio de Janeiro, de forma a permitir atendimento continuado para veículos em viagem sem prejuízo do tempo de deslocamento.”

Ao exigir a apresentação da rede credenciada na fase de proposta a Administração Pública restringirá o número de empresas que participaram do certame, ao passo que privilegiará as empresas que possuem estabelecimentos credenciados nestas localidades, em especial a atual contratada, e, conseqüentemente, impedirá que empresas do ramo de gerenciamento, que embora não possuam a rede credenciada na data da licitação, tem toda condição de credenciar os postos dentro do prazo razoável.

A referida exigência mostra-se, portanto, excessiva, contrariando o art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/02, o qual estabelece que *“a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição”*.

E mais, afronta também o disposto na Lei nº 8.666/93, art. 3º, § 1º, in *verbis*:

*“Art. 3º. A licitação destina-se a **garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

*I - admitir, prever, **incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou*

www.primebeneficios.com.br

irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991” Destacamos.” Destacamos.

Deve-se priorizar, portanto, os princípios da razoabilidade, isonomia e legalidade em detrimento dos excessos, não descuidando da finalidade precípua da licitação, que é a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública, através da ampla participação dos interessados.

Fala-se neste momento em razoabilidade, pois o referido edital deveria exigir a rede credenciada no ato de assinatura do contrato e não quando da proposta, até porque como uma empresa irá instituir uma gama de estabelecimentos em uma determinada região somente com a possibilidade de ganhar um certame? Nenhum estabelecimento aceitaria credenciar-se a uma rede, tendo que pagar taxas e aluguéis com base na possibilidade daquela empresa ganhar uma licitação.

O TCU já se posicionou em relação às exigências excessivas, no seguinte sentido exigência de rede credenciada na fase de habilitação:

“A EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA REDE CREDENCIADA, NO FORNECIMENTO DE VALE REFEIÇÃO, DEVE SER EFETUADA NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO E NÃO NA OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA, DE FORMA A GARANTIR A ADEQUADA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SEM COMPROMETER A COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Representação de empresa apontou possível irregularidade na Tomada de Preços CRBio-01 nº 1/2013, conduzida pelo Conselho Regional de Biologia – 1ª Região (CRBio-01), que tem como objeto a contratação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de documentos de legitimação – vale refeição, para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados. A autora da representação insurgiu-se contra a exigência contida no edital do certame que impunha à

www.primebeneficios.com.br

licitante a apresentação de proposta contendo “6.13.4. Relação dos estabelecimentos credenciados, sendo que num raio 2 km da sede do CRBio-01 em São Paulo, localizada na Rua Manoel da Nóbrega nº 595, Paraíso, bem como num raio de 2 Km da sede das Delegacias Regionais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, situadas, respectivamente, na Avenida Isaac Povoas no 586, Cuiabá-MT e Rua XV de Novembro no 310, Campo Grande-MS deverá haver, no mínimo, 20 (vinte) restaurantes e/ou estabelecimentos similares credenciados”. Alegou que, em face da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do TCU, somente no momento da contratação seria cabível a demonstração do cumprimento de tal exigência. A unidade técnica considerou consistente tal argumento e, por entender presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, propôs a suspensão cautelar do certame e a oitiva da entidade. O relator ressaltou o fato de que outra cláusula do edital sinalizava a necessidade de apresentação da rede credenciada de restaurantes apenas quando da assinatura do contrato (cláusula 8.1). Ponderou, a despeito disso, que “a inclusão da cláusula 6.13.4, ora impugnada, tornou o edital contraditório, o que pode levar ao afastamento de possíveis empresas interessadas, bem como à eventual desclassificação indevida de propostas de preços”. E também que, conforme jurisprudência do Tribunal. **“o momento adequado para a exigência de apresentação da rede credenciada é quando da contratação, concedendo ao licitante vencedor prazo razoável para tanto, de forma a garantir uma boa prestação do serviço sem causar qualquer prejuízo à competitividade do certame”**. A inclusão dessa exigência no decorrer da licitação, portanto, “constitui ônus financeiro e operacional desarrazoado para as empresas competidoras”. O Tribunal, por sua vez, ao endossar proposta do relator, decidiu: a) suspender cautelarmente o certame; b) promover a oitiva do CRBio e da empresa vencedora do certame acerca da exigência contida no subitem 6.13.4 do edital acima transcrito, “uma vez

www.primebeneficios.com.br

que, conforme jurisprudência desta Corte, somente é cabível exigir a rede credenciada na fase de contratação e apenas em relação à licitante vencedora do certame, após concedido prazo razoável para que a empresa credencie os estabelecimentos comerciais fornecedores de refeição".
Precedentes mencionados: Acórdãos 1884/2010, 307/2011, 2962/2012, 3400/2012, todos do Plenário. Acórdão 686/2013-Plenário, TC 007.726/2013-9, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 27.3.2013."

Conforme se denota do julgado acima citado, o correto é que a rede seja apresentada no ato da assinatura do contrato, e ainda que seja concedido prazo razoável para que se efetue o credenciamento dos estabelecimentos.

Cumprе salientar, que a regra estabelecida pela jurisprudência das cortes é de caráter geral e aplica-se para todas as modalidades de serviços que exigem o credenciamento de estabelecimentos, inclusive para o gerenciamento do abastecimento e manutenção de frota.

Ademais, exigir o credenciamento dos estabelecimentos previamente, de modo a formar uma rede de credenciada tão ampla, implica em um alto custo para as licitantes, vez que para tanto deverão efetuar inúmeras ligações para credenciar os postos, além de ter que enviar equipamentos para a instalação do sistema.

Ademais, a exigência prévia de qualificação técnica que por sua natureza geram ônus as licitantes, cumprе destacar que tal prática é vedada pelo Tribunal de Contas da União, que inclusive sumulou a matéria, vejamos:

"Súmula nº 272/2012: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato."

Assim, resta cristalino que a apresentação da rede credenciada juntamente com a proposta não é razoável, vez que sua exigência em fase anterior gera custos para as licitantes, logo a referida exigência deveria ser exigida somente para fins de assinatura do contrato.

Destarte, exigir rede credenciada juntamente com a proposta prejudica o caráter competitivo do certame, uma vez que concede vantagem indevida as empresas que já prestaram serviços para aquele órgão ou que já possuem rede credenciada na região.

Ademais, existem várias empresas que podem ofertar melhores preços em determinadas regiões, e que por não possuírem de imediato a rede credenciada exigida não participarão da presente concorrência, colocando assim em risco o princípio da proposta mais vantajosa.

O prazo para a apresentação da rede credenciada deve ser no mínimo razoável, pois o credenciamento depende acima de tudo da vontade dos donos dos estabelecimentos e não somente da empresa vencedora.

Sendo assim, requer a exclusão do subitem 10.1.1 e quaisquer outros que venham a exigir a apresentação da rede credenciada na proposta, de modo que a apresentação da rede credenciada ocorra após a assinatura do contrato, ampliando-se assim a disputa e a persecução da proposta mais vantajosa aos cofres públicos.

VI - DOS PEDIDOS

Dentro desta ordem de ponderações e, diante das evidenciadas provas a Impugnante requer se digne o Emérito Julgador a **JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, e que seja:

1. Requer a imediata suspensão do **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 08/2020**, e como direta obediência ao princípio da legalidade a retificação do edital convocatório com as adequações.
2. INCLUIR a possibilidade de ofertas de taxas zero ou negativa (desconto);

www.primebeneficios.com.br

3. EXCLUIR a exigência do subitem 5.1.3 e quaisquer outros que venham a exigir tamanha rede excessiva;
4. EXCLUIR a exigência do subitem 10.1.1 e quaisquer outros que venham a exigir a apresentação de rede credenciada junto com a proposta;
5. Republicação do instrumento editalício, com divulgação de nova data para a realização do certame, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da decisão desta Comissão de Licitação;
6. Caso não seja possível deferir os pedidos anteriores requer CÓPIAS COMPLETAS do processo licitatório para análise do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Santana de Parnaíba/SP, 7 de julho de 2020.



Assinado de forma digital por
RENATO LOPES
Dados: 2020.07.07 11:10:14
-03'00'

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

RENATO LOPES – OAB/SP 406.595-B

www.primebeneficios.com.br

Matriz: Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078

Filial: Rua Açú, 47- Alphaville Empresarial- Campinas / SP | CEP: 13098-335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.